

# **Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 4**

**Keyla Christina Almeida Portela  
Alexandre José Schumacher  
(Organizadores)**



Keyla Christina Almeida Portela  
Alexandre José Schumacher  
(Organizadores)

# Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 4

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P964	Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 4 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 4)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-554-9 DOI 10.22533/at.ed.549192108  1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série.  CDD 370.71
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela  
Alexandre José Schumacher



## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CONTRIBUIÇÃO DO GCEE - GRUPO CATARATAS DE EFICIENCIA ENERGÉTICA NA FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR DOS ESTUDANTES DE ENGENHARIA NA UNIOESTE-FOZ DO IGUAÇU	
Elidio de Carvalho Lobão Waldimir Batista Machado Matheus Tomé Albano Guimarães Eduardo Camilo Marques de Andrade Emmanuel Rubel do Prado Laercio Malacarne Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
A MONITORIA COMO INSTRUMENTO FACILITADOR DO ENSINO-APRENDIZAGEM EM FISIOLOGIA HUMANA	
Rita de Cássia da Silveira e Sá Emmanuel Veríssimo de Araújo Rachel Linka Beniz Gouveia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>16</b>
A PERENIDADE DOS GREGOS NA DISCIPLINA DE INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LITERÁRIOS	
Arthur Barboza Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>24</b>
A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO OMNILATERAL A PARTIR DA RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA	
Maria Judivanda da Cunha Bernardino Galdino de Senna Neto Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>32</b>
A RESISTÊNCIA CONTRA A INTENSIFICAÇÃO NO PROCESSO DE ESPOLIAÇÃO TERRITORIAL DOS POVOS KAIOWA E GUARANI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
Junia Fior Santos Marlene Gomes Leite	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>42</b>
DETERMINAÇÃO DOS TEORES DE MINERAIS EM AMOSTRAS DE CATCHUP E MAIONESE POR FOTOMETRIA DE EMISSÃO ATÔMICA COM CHAMA	
Lidiane Gonçalves da Silva Allan Nilson de Sousa Dantas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921086</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>50</b>
ESTUDANTES DE PEDAGOGIA E A PROVA BRASIL: DESCRITORES E ITENS DE ESPAÇO E FORMA	
Amanda Barbosa da Silva	
Ana Paula Nunes Braz Figueiredo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921087</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>62</b>
ESTUDO DA CONTRIBUIÇÃO DA MONITORIA PARA O ALUNO DE ENGENHARIA – METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	
Humberto Dias de Almeida Filho	
Hanna Luara Costa Martins	
Pedro Henrique Medeiros Nicácio	
Amanda Maria Cunha Severo	
Lílian Mychelle Fernandes Falcão	
Gabriely Medeiros de Souza Falcão	
Sheila Alves Bezerra da Costa Rêgo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921088</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>69</b>
LDBEN Nº 9394/96: CONHECIMENTO DOCENTE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Simone Regina Santos Oliveira Pedrosa Soares	
Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5491921089</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>82</b>
MÚLTIPLAS LINGUAGENS COMO METODOLOGIA PARA PENSAR O TEMPO E O ESPAÇO: O PONTO DE VISTA DAS CRIANÇAS	
Camila Silva Pinho	
Rosângela Veiga Júlio Ferreira	
Andreia Cristina Teixeira Tocantins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210810</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>99</b>
O BRINQUEDO EDUCATIVO ENQUANTO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	
Maria Cristina Delmondes Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210811</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>110</b>
O ENSINO DA SUSTENTABILIDADE EM INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE ENSINO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DA <i>TRIPLE BOTTON LINE</i>	
Luiz Carlos Danesi	
Paulo Fossatti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210812</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>121</b>
O ENSINO DE CIÊNCIAS NUMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES DO ESTADO DE MATO GROSSO	
Laudileire Cristaldo Chaves	
Ivanete Rodrigues dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210813</b>	



<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>132</b>
O PEDAGOGO NAS UNIVERSIDADES CORPORATIVAS	
Bianca Brandão Aracaqui	
Sônia Regina Basili Amoroso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210814</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>146</b>
O REPENSAR DA PRÁXIS DOCENTE: A QUALIDADE DO ENSINO PROVENIENTE DE METODOLOGIAS AUTORREFLEXIVAS EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA	
Joseany Sebastiana da Silva Moreira	
Edson Gomes Evangelista	
Geison Jader Mello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210815</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>155</b>
O USO DA LITERATURA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
Vanessa Luciano Brito	
Tatiane Vilella Mascarenhas	
Ana Margarete Gomes da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210816</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>164</b>
O USO DE ANIMES NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA EXPERIÊNCIA COM A FRANQUIA POKÉMON E O ENSINO DE BIOLOGIA	
Victor Hugo de Oliveira Henrique	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210817</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>173</b>
OS DILEMAS DA FORMAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE	
Nildo Viana	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210818</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>184</b>
PET PEDAGOGIA 20 ANOS: HISTÓRIA E MEMÓRIA	
Sheila Maria Rosin	
Antonio Carlos Andrade Gonçalves	
Carla Cerqueira Romano	
Débora Patrícia Oliveira Ribeiro	
Eduarda Miriani Stabile	
Emanuely Lívia Loubach Rocha	
Evilásio Paulo Novais Junior	
Karoline Batista dos Santos	
Luana Aparecida Depieri	
Manoela Schulter de Souza	
Maria Carolina Miesse	
Mariana Selini Bortolo	
Rayssa da Silva Castro	
Shara da Silva Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210819</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>193</b>
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO (EM TEMPO) INTEGRAL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE JOVENS PARTICIPANTES DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	
Danielle de Farias T. Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.54919210820	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>207</b>
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA O ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO ESTADO DO PARANÁ: O NECESSÁRIO ENUNCIADO DAS ASSISTÊNCIAS RESSOCIALIZADORAS	
Marta Cossetin Costa	
Ireni Marilene Zago Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.54919210821	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>219</b>
POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA OS SUJEITOS DO CAMPO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO HISTÓRICO A PARTIR DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO	
Silvana Cassia Hoeller	
Maurício Cesar Vitória Fagundes	
Roberto Gonçalves Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.54919210822	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>231</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EJA NO BRASIL: O CASO DO PROEJA NO IFRN-CAMPUS IPANGUAÇU E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	
José Moisés Nunes da Silva	
Maria Aparecida dos Santos Ferreira	
Ana Lúcia Pascoal Diniz	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.54919210823	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>246</b>
PROBLEM-BASED LEARNING: A EDUCATION RESEARCH OF TECHNOLOGY UNDERGRADUATE COURSE IN ENVIRONMENTAL MANAGEMENT AT THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF RIO GRANDE DO NORTE, BRAZIL	
Samir Cristino de Souza	
Luis Dourado	
DOI 10.22533/at.ed.54919210824	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>259</b>
PROFISSIONAIS DO MERCADO: POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS DE BELÉM DO PARÁ	
Edson Paiva Soares Neto	
Andréa Bittencourt Pires Chaves	
Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.54919210825	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>264</b>
PROJETO DE EMPODERAMENTO DISCENTE - CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA JÚNIOR NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO PROFISSIONALIZANTE	
Sirlei Rodrigues do Nascimento	
Celi Langhi	
DOI 10.22533/at.ed.54919210826	

<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>275</b>
PROJETO DE ENSINO EM MATEMÁTICA E SUA EFICÁCIA NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM EDIFICAÇÕES	
Adriana Stefanello Somavilla	
Andrea Márcia Legnani	
Carla Renata Garcia Xavier da Silva	
Derli Francisco Morales	
Viviane de Souza Lemmert	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210827</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>288</b>
PROJETO EDUCATIVO DE SENSIBILIZAÇÃO NO PARQUE APIUCOS MAXIMIANO CAMPOS – RECIFE/PE	
Vivianne Lúcia Bormann de Souza	
Bárbara Emmanuella Santos de Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210828</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>298</b>
PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO INTERDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS MÚLTIPLAS LINGUAGENS DOS BEBÊS PROTAGONISTAS	
Fernanda Aparecida Varraschin	
Gisele Brandelero Camargo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210829</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>310</b>
TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO: UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO DESENVOLVIDO POR CRIANÇAS PROTAGONISTAS	
Daniele Pires Dias	
Gisele Brandelero Camargo	
Maria Cristina Starcke	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210830</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>323</b>
GESTÃO DO CONHECIMENTO PESSOAL E <i>COACHING</i> NO CONTEXTO ACADÊMICO: POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO	
Leonardo Fernandes Souto	
Américo da Costa Ramos Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210831</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>335</b>
TRANSDISCIPLINAR, EU? ONDE SE APRENDE ISSO? NOTIFICAÇÕES E COMPARTILHAMENTOS DA ASSIMETRIA ENTRE A FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA PROFISSIONAL EMANCIPADORA	
Dilmar Xavier da Paixão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210832</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>347</b>
UMA DISCUSSÃO SOBRE OS MÉTODOS CIENTÍFICOS EM PESQUISAS EDUCACIONAIS	
Cassiano Scott Puhl	
<b>DOI 10.22533/at.ed.54919210833</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>367</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>368</b>

## POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA O ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO ESTADO DO PARANÁ: O NECESSÁRIO ENUNCIADO DAS ASSISTÊNCIAS RESSOCIALIZADORAS

**Marta Cossetin Costa**

Secretária da Segurança Pública e Administração  
Penitenciária – SESP  
Foz do Iguaçu –Paraná

**Ireni Marilene Zago Figueiredo**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná –  
UNIOESTE  
Cascavel - Paraná

**RESUMO:** O propósito deste artigo é apresentar parte das reflexões sistematizadas na dissertação intitulada “Políticas de Educação e Saúde para o atendimento às Pessoas Privadas de Liberdade no estado do Paraná: o necessário enunciado das assistências ressocializadoras” e defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, do Mestrado em Educação, oferecido pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel. A Pesquisa Documental tem como finalidade apreender, nas normativas internacionais, nacionais e nos Cadernos do DEPEN (2011) do estado do Paraná as orientações relativas à oferta dos serviços de Educação e Saúde às Pessoas Privadas de Liberdade. As análises empreendidas, neste estudo, permitiram apreender que a perspectiva de ressocialização das Pessoas Privadas de Liberdade por meio das Assistências, dentre elas, as Assistências em Educação e Saúde,

estão vinculadas as políticas de focalização e, desse modo, alinhadas às determinações dos Organismos Internacionais, com ênfase na administração da pobreza. Assim sendo, as normativas internacionais, nacionais e os Cadernos DEPEN (2011) traduzem as orientações relativas à oferta dos Serviços de Educação e Saúde para as Pessoas Privadas de Liberdade no Estado do Paraná, tal como as demais Políticas Sociais, atuando no sentido de manutenção dos consensos e perpetuação da acumulação e da hegemonia capitalista, e sua necessidade de dar resposta aos grupos socialmente vulneráveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas de Educação, Políticas de Saúde, Pessoas Privadas de Liberdade.

EDUCATION AND HEALTH POLICIES  
FOR THE FREEDOM DEPRIVED  
POPULATION IN PARANÁ: THE NECESSARY  
RESSOCIALIZATION ASSISTANCE  
STATEMENT

**ABSTRACT:** This paper aims to present part of the analysis from the dissertation named “Education and Health Policies for the Freedom Deprived Population in Paraná: the Necessary Resocialization Assistance Statement”, which was part of the Post-graduate Program in

Education, from the Master's degree course in Education, offered by UNIOESTE – State University of Western Paraná – Cascavel Campus. Our Documental Research aims to understand, while taking into account international and national regulation, as well as the DEPEN Guideline Books (2011) from Paraná, the instructions concerning the offering of Education and Health services for the Freedom Deprived Population. Our analysis provided us with the understanding that the resocialization perspective for the Freedom Deprived Population, through its Assistances, such as Education and Health Assistance, is associated with targeting policies and they are related to International organizations resolutions, which emphasize the management of poverty. Therefore, the international and national regulations, as well the DEPEN Guideline Books (2011) translate the guidelines concerning the offering of Health and Education services for the Freedom Deprived Population in Paraná, as well as the other Social Policies, which act together as to maintain the common ground in perpetuating the capitalist hegemony accumulation and its need to respond to socially vulnerable groups.

**KEYWORDS:** Education policies; Health policies; Freedom deprived population.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo procura apresentar parte das reflexões sistematizadas na dissertação intitulada “Políticas de Educação e Saúde para o atendimento às Pessoas Privadas de Liberdade no estado do Paraná: o necessário enunciado das assistências ressocializadoras” e defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação, oferecido pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel. O objetivo geral do estudo constitui-se de apreender, nas normativas internacionais, nacionais e nos Cadernos do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná - DEPEN (2011), as orientações relativas à oferta dos serviços de Educação e Saúde para as Pessoas Privadas de Liberdade no Estado do Paraná.

Constitui-se de pesquisa documental, cujo percurso metodológico percorrido compreendeu busca em: a) bancos de teses e dissertações da CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior); b) repositórios de teses e dissertações virtuais de Universidades; c) periódicos em base de dados. d) sites nacionais (Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, legislações nacionais) e *sites* de Organismos Internacionais como, por exemplo, a ONU, UNESCO, OMS, para fins de delimitar as normativas e legislações que pudessem desvelar o objeto de estudo; e) bibliotecas físicas e virtuais; f) análise dos Cadernos do DEPEN do Estado do Paraná.

Desse modo, na sequência, procura-se apresentar parte das discussões compreendidas na dissertação.

## 2 | ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Na sociedade capitalista o Estado, para manutenção da ordem, realiza, dentre outras mediações as Políticas Sociais. O Estado, dessa forma, visa a manutenção da hegemonia capitalista, estabelece respostas à criminalidade, inclusive por meio de penas privativas de liberdade. A oferta dos serviços de Educação e de Saúde e as Políticas Sociais que os delimitam não são consideradas como soluções para essa problemática, mas constituem parte do processo das forças sociais em jogo (DEITOS, 2010).

As políticas e as práticas implementadas no âmbito prisional não podem ser dissociadas do modelo social “[...] tais como o Estado e a economia, bem como o papel das demais instituições de controle social, pelo reconhecimento da marca capitalista na política criminal produzida no mundo ocidental” (MADEIRA, 2008, p. 76). Assim, é preciso ponderar o papel e o uso da prisão como elemento mantenedor dessa lógica social instituída (MADEIRA, 2008).

Nesta perspectiva, destaca-se o surgimento das medidas de privação de liberdade atreladas ao surgimento do Capitalismo, tal como afirmam Mendes (2011) e De Giorgi (2006), com vistas a impor a disciplina do trabalho aos camponeses não adaptados a lógica fabril.

Desse modo, na sociedade Capitalista, o Estado aparece como figura regulatória das relações sociais, entre dominantes e dominados, exploradores e explorados, visando sempre ao consenso e à resolução dos conflitos sociais (FALEIROS, 2008). Ao Estado capitalista cabe garantir a manutenção das condições gerais de reprodução do capital e da produção, isto é, da acumulação capitalista.

Nesta perspectiva de Estado como regulador da vida social, as Políticas Sociais surgem no capitalismo a fim de atender a algumas reivindicações dos trabalhadores, porém, não em sua totalidade, mas de forma a apenas garantir benefícios que possibilitem a manutenção da produção e da força de trabalho necessária ao mercado (FALEIROS, 2008).

Assim, as Políticas Sociais, conduzidas pelo Estado Capitalista, expressam a relação das forças produtivas e das forças sociais, da luta de classes e contribuem para a reprodução do modelo de classes sociais (FALEIROS, 2009). As medidas de Política Social só podem ser compreendidas no contexto da estrutura capitalista e no processo histórico de transformação social. Desse modo, para compreender as Políticas Sociais destinadas às Pessoas Privadas de Liberdade, torna-se fundamental compreender a relação entre o Estado e as Políticas Sociais.

E neste sentido, é preciso ponderar como o sistema sociometabólico do capital se organiza no sentido de sua manutenção, e a atuação do imperialismo hegemônico do capital o qual representa uma tentativa liderada pelos Estados Unidos de criar um estado mundial que subordina os demais estados nacionais. Desse modo, os demais



países se submetem às ordens e “[...] as mudanças em geral não são discutidas nos respectivos parlamentos, que são contornados por meio de protocolos e tratados secretos” (MÉSZÁROS, 2003, p. 66). O Banco Mundial e outras organizações dos Estados Unidos legitimam a dominação sobre a vida social dos países do terceiro mundo, impondo as políticas que atendam aos interesses dos países dominantes (MÉSZÁROS, 2003).

Para tanto, o aumento da população carcerária relaciona-se à política econômica e às Políticas Sociais implementadas em um dado contexto. Quanto maior for a vulnerabilidade social, maior será a necessidade do Estado intervir com práticas repressivas, uma vez que os que permanecem à margem dos direitos mínimos são mais facilmente recrutados para a criminalidade. Desse modo,

[...] A desregulamentação da economia e a destruição de políticas sociais, que por questões de segurança, têm sido defendidas por um Estado policial e penitenciário, exige, cada vez mais, a utilização de aparelhos repressivos para conter a chamada violência urbana, gerada pelo desemprego em massa, pela imposição do trabalho assalariado precário [...]. (CONCEIÇÃO, 2009, p. 297).

A violência nesta perspectiva é compreendida como resultado de múltiplas causas e intimamente relacionada às características sociais, econômicas e políticas do conjunto social (MINAYO; SOUZA, 1998).

As práticas de punição implementadas em um determinado contexto social estão diretamente relacionadas “[...] às relações de produção dominantes, às relações econômicas entre os sujeitos e às formas hegemônicas de organização do trabalho” (DE GIORGI, 2006, p. 36). Assim,

A penalidade se inscreve num conjunto de instituições jurídicas, políticas e sociais (o direito, o Estado, a família), que se consolidam historicamente, em função da manutenção das relações de classe dominantes. Não é possível descrever os processos de transformação que interessam a essas instituições se não se levar em conta os nexos que ligam determinadas expressões da dominação ideológica de classe no interior da sociedade às formas de dominação material que se manifestam no âmbito da produção. (DE GIORGI, 2006, p. 36).

As instituições penais, então, contribuem para legitimar a dominação construída pelas classes dominantes e visam controlar os desvios (DE GIORGI, 2006). A criminalidade, desse modo, não é tratada como

[...] fenômeno danoso aos interesses da sociedade em seu conjunto; ao contrário, por meio da reprodução de um imaginário social que legitima a ordem existente, elas contribuem para ocultar as contradições internas ao sistema de produção capitalista. (DE GIORGI, 2006, p. 36).

O cenário prisional brasileiro remete ao afirmado por De Giorgi (2006), de que as penas privativas de liberdade e a sua evolução, no contexto do capitalismo, estão atreladas às estratégias repressivas que as classes dominantes utilizam para manter os dominados sob controle.

Nesse sentido, no âmbito das prisões, as políticas podem assumir, portanto, um viés de Política Social, e passam a ser apresentadas no sentido de intervir sobre

o criminoso, tornando-o adequado às normas sociais, no entanto, mantendo, o seu caráter repressivo e disciplinador, ou seja,

[...] as políticas são formuladas e implementadas sob o signo da recuperação e da ressocialização dos sentenciados. Subjacente está o discurso ideológico que se sustenta no tripé trabalho-profissionalização/educação/saúde/assistência. [...] Certamente, não são poucos os obstáculos que se antepõem à implementação de políticas públicas penais com um mínimo de êxito [...], manifesta-se sobretudo em sua baixa capacidade de 'reforma da clientela'; manifesta-se também no reconhecimento de que as prisões constituem agências de produção da delinquência e de agravamento da reincidência criminal. (ADORNO, 1991, p. 68).

A ressocialização é apresentada como solução para a problemática da criminalidade, sustentada pelo discurso das Assistências, em especial, o Trabalho, a Profissionalização, a Educação e a Saúde. No entanto, efetivamente, o que se promove com as Políticas Públicas Penais são

[...] a segregação e o isolamento dos sentenciados, mediante um programa deliberado de aumento progressivo da oferta de vagas no sistema, política de mão-única porque não acompanhada de outras iniciativas e que não ataca os pontos tradicionais de estrangulamento. Seus efeitos podem ser elencados: ampliação da rede de coerção; superpopulação carcerária; administração inoperante; enrijecimento da disciplina e da segurança sem [...] deter a escalada da violência, [...] timidez das medidas de alcance técnico; [...] falta de explicitação de objetivos, o que se manifesta na ausência de um programa articulado, integrado e sistemático de intervenção, seja no âmbito das políticas organizacionais administrativas ou de ressocialização; [...]. Todos esses pontos confluem para um mesmo ponto: a reconhecida incapacidade do poder público em gerenciar amplas massas carcerárias, bem assim de lograr uma política efetivamente coordenadora da execução penal. (ADORNO, 1991, p. 68).

O discurso da ressocialização como ponderado por Adorno (1991) pode ser percebido nas normativas internacionais e legislações nacionais, fundamentado no tripé Educação, Saúde, profissionalização como elementos para o processo de reinserção social das Pessoas Privadas de Liberdade. Nesta perspectiva, nas Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos (1955) o tratamento destinado às pessoas condenadas a uma pena privativa de liberdade visa:

[...] criar nelas à vontade e as aptidões que as tornem capazes, após a sua libertação, de viver no respeito da lei e de prover às suas necessidades. Este tratamento deve incentivar o respeito por si próprias e desenvolver o seu sentido da responsabilidade. (ONU, 1955, p. 15).

Nesse sentido, a LEP (1984), norteadora das práticas de penas privativas de liberdade no Brasil, aponta como objetivo da execução penal, no Artigo 1º, que busca “[...] efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1984, s/p). E para tal, indica que “[...] é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (BRASIL, 1984, s/p) prestar à Assistência às Pessoas Privadas de Liberdade, que conforme o Artigo 11º será:

I - material;

II - à saúde;

III - jurídica;

IV - educacional;

V - social;

VI - religiosa (BRASIL, 1984, s/p).

Este objetivo da ressocialização por meio das Assistências, dentre elas as de Educação e Saúde, estão presentes no Plano Operativo Estadual de Saúde no Sistema Penitenciário (2006). O referido documento delimita que os estabelecimentos penais do Paraná devem desenvolver

[...]ações para a promoção da **reintegração social dos presos**, com o zelo pelo seu **bem-estar**, através da **alimentação balanceada, profissionalização, educação formal, assistência jurídica, psicológica, social, médica, odontológica, religiosa e material** (PARANÁ, 2006, s/p, grifos do autor).

Nesta perspectiva de Assistências com objetivo de ressocialização das Pessoas Privadas de liberdade, cabe retomar que a Educação, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), constitui-se de direito de todos os seres humanos e, deste modo, extensiva às Pessoas Privadas de Liberdade. Isso significa que, a instrução a ser fornecida para todas as pessoas é a elementar:

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. (ONU, 1948, s/p).

Nas Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos (1955) desvela-se que o processo educacional atuará a fim de “[...] melhorar a educação de todos os reclusos [...]”, dedicando especial atenção à educação de analfabetos e jovens reclusos de caráter obrigatório. A Educação prisional “[...] deve estar integrada no sistema educacional do país [...]” (ONU, 1955, p. 16), dentro das possibilidades, para que seja facilitado ao recluso a continuidade de seu processo educacional quando em liberdade.

Nessa perspectiva de Educação para todos e com auxílio da sociedade civil, inclusive com financiamentos de organismos internacionais e recursos privados, a concepção de Educação apresentada pelo *Compromisso de Dakar* (2001) é a que trata-se de “[...] um direito humano fundamental e constitui a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro de cada país [...]” (UNESCO, 2001, p. 8). Explicita-se, neste sentido, a função da Educação para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no mundo, eliminação dos conflitos e combate à pobreza.

Desse modo, no *Marco de Ação de Dakar* (2001), conforme destaca Boiago,

[...] a função atribuída à educação está relacionada à finalidade de redução da pobreza e desenvolvimento dos países. Ancorando-se nas metas estabelecidas no documento, os países-membros devem definir estratégias para ajudar a superar os problemas daqueles que se encontram, atualmente, excluídos de oportunidades educacionais, como é o caso da população prisional. Essas estratégias devem ser apoiadas pela comunidade internacional para o aceleração da oferta de educação para todos. (BOIAGO, 2013, p. 62).

Em âmbito nacional, a Resolução Nº 3/2009 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais estabelece que

[...] as ações de educação no contexto prisional devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país e na Lei de Execução Penal (1984), devendo atender as especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino (BRASIL, 2009, p. 1).

A Resolução Nº 3/2009, tal como as normativas internacionais, destaca a promoção da participação da comunidade e dos familiares dos reclusos no processo educacional, promovendo o atendimento diferenciado conforme as especificidades de cada regime, preocupando-se com a acessibilidade e a inclusão. Aponta o documento que as unidades prisionais devem propiciar espaço físico adequado às atividades educacionais e integrá-las à rotina institucional (BRASIL, 2009).

No Artigo 10, a Resolução Nº 3/2009 destaca que as ações educativas no ambiente prisional podem “[...] contemplar além de atividades de educação formal, propostas de educação não-formal e formação profissional, bem como a inclusão da modalidade de educação à distância” (BRASIL, 2009, p. 2).

Desse modo, conforme a Resolução Nº 2/2010, a Educação prisional “[...] desenvolverá políticas de elevação de escolaridade associada à qualificação profissional, articulando-as, também, de maneira intersetorial, a políticas e programas destinados a jovens e adultos [...]” (BRASIL, 2010, p. 2). Destaca-se o objetivo de preparação para o trabalho das Pessoas Privadas de Liberdade, neste texto legal, uma vez que considera a inclusão “[...] além das atividades de educação formal, propostas de educação não-formal, bem como de educação para o trabalho” (BRASIL, 2010, p. 3), tal como descrito na Resolução Nº 3 /2009.

Salienta-se a orientação da Resolução Nº 2/2010, no sentido de parcerias com os órgãos governamentais e sociedade civil “[...] com vistas à formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade” (BRASIL, 2010, p. 3).

O parecer CNE/CEB Nº 4/2010, contido Resolução Nº 2/2010, apresenta três objetivos da Educação no contexto de privação da liberdade, a saber:

(1) manter os reclusos ocupados de forma proveitosa; (2) melhorar a qualidade de vida na prisão; e (3) conseguir um resultado útil, tais como ofícios, conhecimentos, compreensão, atitudes sociais e comportamento, que perdurem além da prisão e permitam ao apenado o acesso ao emprego ou a uma capacitação superior, que, sobretudo, propicie mudanças de valores, pautando-se em princípios éticos e morais. (BRASIL, 2010, p. 13).

Convergindo com as normativas internacionais e legislações nacionais, no

âmbito do estado do Paraná, o *Caderno Práticas de Tratamento Penal nas Unidades Penais do Paraná* (2011b) descreve a Educação como:

[...] **a chave principal que poderá abrir-lhe as portas do processo de reintegração social.** Em sala de aula, portanto, o preso é aluno e, nessa qualidade, poderá continuar seus estudos numa escola da comunidade, quando do cumprimento de sua pena. Mas é preciso reconhecê-lo como um indivíduo portador de experiências de vida, respeitando as suas diferenças [...]. (PARANÁ, 2011b, p. 80, grifos nossos).

Portanto, pode-se apreender uma consonância entre os documentos supracitados, no sentido de compreender a privação de liberdade como forma de adaptação dos sujeitos às normas sociais e ao trabalho, apontando como meio para o processo de ressocialização as Assistências, em especial, a Educação.

A Assistência em Saúde, por sua vez, é descrita no documento *Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos* (1955) como “serviços médicos”, e aponta para a obrigatoriedade do atendimento em Saúde às Pessoas Privadas de Liberdade, e destaca que:

1) Cada estabelecimento penitenciário deve dispor dos serviços de pelo menos um médico qualificado, que deverá ter alguns conhecimentos de psiquiatria. Os serviços médicos devem ser organizados em estreita ligação com a administração geral de saúde da comunidade ou da nação[...].

2) Os reclusos doentes que necessitem de cuidados especializados devem ser transferidos para estabelecimentos especializados ou para hospitais civis. Quando o tratamento hospitalar é organizado no estabelecimento este deve dispor de instalações, material e produtos farmacêuticos que permitam prestar aos reclusos doentes os cuidados e o tratamento adequados; o pessoal deve ter uma formação profissional suficiente.

3) Todos os reclusos devem poder beneficiar dos serviços de um dentista qualificado. (ONU, 1955, p. 6).

Na perspectiva de integração da Saúde Pública a Saúde Prisional, a Declaração de Moscou (2003), evidencia a preocupação de que as Pessoas Privadas de Liberdade com doenças infectocontagiosas não tratadas, em especial o HIV/AIDS, a tuberculose e as Hepatites, representam risco para o Sistema Penitenciário e para a sociedade civil, e, nesse sentido, propõe que prevenção e o tratamento devem ser baseados em evidências científicas e em princípios de Saúde Pública, com o envolvimento do setor privado, das organizações não governamentais e da população afetada (OMS, 2003).

A preocupação com o HIV/AIDS é encontrada também, no documento *Marco de Ação de Dakar* (2001), apresentada como um compromisso a fim de atingir à Educação para Todos: “[...] implementar urgentemente programas e ações educacionais para combater a pandemia HIV/AIDS” (UNESCO, 2001, p. 9). Aqui, verificamos que a preocupação com o HIV/AIDS pode ser compreendida como um elemento para o combate à pobreza e à disseminação de doenças infectocontagiosas.

Em âmbito nacional, as ações e os serviços de Saúde, delimitados no Plano

Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário - PNSSP (2003), são consonantes com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS. Assim, a Assistência em Saúde para as Pessoas Privadas de Liberdade deve pautar-se na universalidade, na equidade, na integralidade e na resolutividade (BRASIL, 2003).

Cardoso Junior e Castro, sustentam que a proposição do PNSSP (2003), representa:

[...] a efetivação de uma política de saúde universalizante, tendo em vista que o PNSSP objetiva atender 100% da população privada de liberdade e seu desenvolvimento está nos parâmetros de uma política de inserção, focalizada na demanda. (CARDOSO JUNIOR; CASTRO, 2006, p. 76).

A organização do cuidado em Saúde na atenção básica nos ambientes prisionais, conforme a Portaria Nº 1777/2003, serão “[...] organizadas nas unidades prisionais e realizadas por equipes interdisciplinares de saúde”. E os atendimentos nos demais níveis de atenção em Saúde serão “[...] pactuado e definido no âmbito de cada estado em consonância com os planos diretores de regionalização e aprovação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e do Conselho Estadual de Saúde (CES)” (BRASIL, 2003, p. 10).

Pautado nos princípios do SUS, mas, com a perspectiva da atenção em saúde em redes, o objetivo geral da Política Nacional de Atenção à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional - PNAISP (2014) é “[...] garantir acesso das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional ao cuidado integral no SUS” (BRASIL, 2014, s/p), que deve ser promovido vinculado à Rede de Atenção à Saúde. Essa forma de atendimento em rede e vinculado ao SUS objetiva garantir autonomia aos profissionais para o cuidado em Saúde, visando à qualidade e à humanização no processo e promover as relações intersetoriais com as políticas de direitos humanos e fomentar à participação e o controle social para a atenção em Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (BRASIL, 2014).

O estado do Paraná aderiu ao PNSSP e a PNAISP e, neste contexto, apresenta-se consonante as legislações nacionais. Evidenciando no Plano Operativo Estadual de Saúde no Sistema Penitenciário, que o objetivo da Assistência a Saúde nas Unidades Penais Paranaenses é:

Assegurar aos presos e internos do Sistema Penitenciário do Paraná o acesso às ações e serviços de atenção à saúde, conforme princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, quando de sua admissão na Unidade Penal, durante o cumprimento da pena e após sua liberdade. (PARANÁ, 2006, s/p).

Assim sendo, os seus objetivos específicos são apresentados em consonância com a proposta do PNSSP (2003) e os princípios do SUS, bem como no sentido de proporcionar aos profissionais da área condições de executar as ações de Saúde.

No entanto, em relação à complexidade dos atendimentos de Saúde às Pessoas que se encontram Privadas de Liberdade, nas Unidades Penais Paranaenses, delimita o Caderno Práticas e Orientações Técnicas da Área da Saúde nas Unidades



## Penais do Paraná (2011 a) que os atendimentos

[...] nas unidades de saúde penitenciária são prioritariamente de natureza de **atenção básica**, à exceção do CMP, que possui uma infraestrutura de saúde com características de internamento psiquiátrico e atendimento ambulatorial, será adotado o estabelecimento de fluxo de referência para as ações de média e alta complexidade que se fizerem necessárias (ambulatorial especializada, hospitalar e exames especializados). (PARANÁ, 2011a, p. 72, grifos nossos).

Portanto, a Assistência em Saúde a ser ofertada às Pessoas Privadas de Liberdade, vincula-se aos princípios do SUS, de atenção integral, equânime, resolutiva e universal, no entanto, com foco na Atenção Básica e nas doenças infectocontagiosas, em especial, o HIV/AIDS, nesse sentido, demonstrando a preocupação de conter a transmissão de doenças do âmbito prisional para a sociedade em geral.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises empreendidas, nesse estudo, nos permitiram apreender que a relação do Estado e das Políticas Sociais, no que concernem as mediações realizadas para as Pessoas Privadas de Liberdade, não difere das demais Políticas Sociais e perpassa, portanto, pelo contexto social e econômico em que se inserem, no caso, no trato que lhes é destinada. Atuam, desta forma, no sentido de manutenção dos consensos e da perpetuação da acumulação e da hegemonia capitalista, e sua necessidade de dar resposta aos grupos socialmente vulneráveis. Nessa perspectiva, as Políticas Sociais no Brasil, dentre elas as Políticas de Educação e Saúde para as Pessoas Privadas de Liberdade, constituem-se, portanto, de políticas focalizadas, de caráter não universal, demonstrando-se alinhadas às determinações dos Organismos Internacionais, liderados pelos EUA e com ênfase na administração da pobreza.

Apreende-se das normativas internacionais, legislações nacionais e do estado do Paraná, a delimitação do direito de todos ao acesso à Educação e à Saúde e, nesse sentido, extensiva as Pessoas Privadas de Liberdade, como direitos humanos fundamentais. No entanto, a pena de privação de liberdade é apresentada na qualidade de ressocializadora, não desvelando o seu caráter repressivo. As Assistências de Educação, Saúde e Trabalho são consideradas como centrais para o processo de ressocialização das Pessoas Privadas de Liberdade.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Sistema Penitenciário no Brasil: problemas e desafios. **Revista USP**, p. 65-78, março/abril/maio. 1991. Disponível em: [www.revistas.usp.br/revusp/article/view](http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view). Acesso em: 15 set. 2015.

BOIAGO, D. L. **Políticas Públicas Internacionais e Nacionais para a Educação em Estabelecimentos Penais a partir de 1990**: Regulação social no contexto da crise estrutural do capital. 2013. 274 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. PR:

UEM, 2013.

BRASIL. **Lei nº 7.210, DE 11/07 de 1984. Lei de Execução Penal.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 2 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Portaria Interministerial Nº 1777 (2003).** Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha\\_pnssp.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_pnssp.pdf). Acesso em: 20 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais.** Resolução Nº 3, de 11 de março de 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/resolucao\\_3\\_2009\\_secadi.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/resolucao_3_2009_secadi.pdf). Acesso em: 02 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.** Resolução Nº 2, de 19 de maio de 2010. Disponível em: [file:///D:/Usuario/Downloads/rceb002\\_10%20\(1\).pdf](file:///D:/Usuario/Downloads/rceb002_10%20(1).pdf). Acesso em: 02 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Parecer CNE/CEB Nº 4 (2010)** – Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade em estabelecimentos penais. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/pceb004\\_10.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/pceb004_10.pdf). Acesso em: 02 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria Interministerial Nº 1, de 2 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no sistema prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único De Saúde (sus). Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0002\\_02\\_01\\_2014.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0002_02_01_2014.html). Acesso em: 26 jul. 2015.

CARDOSO JR., J. C.; CASTRO, J. A. Economia política das finanças sociais brasileira no período 1995-2002. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1(26), p. 145-174, jan./jun. 2006. Disponível em: <[file:///C:/Users/marta/Downloads/06\\_Cardoso\\_Castro.pdf](file:///C:/Users/marta/Downloads/06_Cardoso_Castro.pdf)>. Acesso em: 08 jun. 2015.

CONCEIÇÃO, G. H. Impacto da Violência e do Trabalho e do Estado Policial e Penitenciário sobre a Vida dos Trabalhadores. **Revista Educere et Educare**, Edunioeste, Cascavel, v.4, n.8, p. 289-306, 2009.

DE GIORGI, A. **A miséria governada através do sistema penal.** Rio de Janeiro: Revan, ICC, 2006.

DEITOS, R. A. Políticas públicas e educação: aspectos teóricos-ideológicos e socioeconômicos. **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, v. 32, n. 2, p. 209-218, 2010.

FALEIROS, V. P. **Política social e capitalismo.** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **A política social do estado capitalista:** as funções da previdência e assistências sociais. São Paulo: Cortez, 2009.

MADEIRA, L. M. **Trajetórias de homens infames.** Políticas públicas penais e programas de apoio a egressos do sistema penitenciário no Brasil. 2008, 358 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15656/000685542.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

MENDES, J. S. de S. C.. **A Constituição Federal de 1988 e o estabelecimento de novos paradigmas para o sistema prisional:** observação de caso em presídio do Ceará, 2011, 122 p. Dissertação (Mestrado Direito constitucional). Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2011. Disponível em: <<http://uolp.unifor.br/oul/conteudosite/F1066349104/Dissertacao.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2014.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI: Socialismo ou barbárie**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OMS. **Declaração de Moscou, “Prison Health as part of Public Health”** (Saúde no Sistema Prisional como parte da Saúde Pública). Europa: Outubro, 2003. Disponível em: <[http://www.euro.who.int/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0007/98971/E94242.pdf](http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0007/98971/E94242.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** – adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III), da Assembleia Geral, de 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Regras mínimas para tratamento dos presos** adotadas pelo Primeiro Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Delito e Tratamento dos Presos realizado, Genebra, 1955, e aprovadas pelo Conselho Econômico e Social por suas Resoluções 663 (XXIV), de 31 de julho de 1957, e 2076 (LXII), de 13 de maio de 1977. Disponível em: <[http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-deapoio/legislacao/sistema-prisional/regras\\_minimas.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-deapoio/legislacao/sistema-prisional/regras_minimas.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2015.

PARANÁ. **Plano Operativo Estadual de Saúde no Sistema Penitenciário**. Secretária de Estado da Justiça e Cidadania, 2006.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Departamento Penitenciário do Paraná. **Práticas e Orientações técnicas da área da saúde nas unidades penais do Paraná**. Curitiba, PR: Secretária de Estado da Justiça e Cidadania, 2011a.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Departamento Penitenciário do Paraná. **Práticas de Tratamento Penal nas Unidades Penais do Paraná**. Curitiba, PR: Secretária de Estado da Justiça e Cidadania, 2011b.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Educação Para Todos: O Compromisso de Dakar**. Brasília, DF: UNESCO; CONSED; Ação Educativa, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

**KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA** - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipan, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

**ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER** – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aprendizagem 15, 63, 99, 121, 130, 145, 257, 258, 264, 267, 298

Aprendizagem significativa crítica 121

Autoformação 173

### B

Brincadeira 89, 94, 99

### C

Capitalismo 31, 173, 183, 209

### D

Desenvolvimento infantil 99

Dilemas 173

Discurso governamental sobre juventudes 193

### E

Educação 2, 5, 12, 17, 24, 25, 31, 42, 49, 51, 54, 55, 56, 61, 69, 70, 73, 76, 80, 82, 83, 97, 98, 99, 108, 109, 110, 119, 121, 130, 132, 134, 135, 136, 137, 142, 143, 144, 150, 164, 171, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 199, 202, 204, 205, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 243, 244, 246, 259, 261, 263, 264, 269, 273, 274, 276, 278, 282, 286, 287, 297, 298, 299, 309, 310, 313, 317, 321, 322, 338, 340, 341, 344, 345, 346, 347, 348, 358, 365, 367

Educação ambiental 119

Educação em Tempo Integral 193, 199

Educação profissional 231

Educação Superior 110, 186, 188

Eficiência energética 1

Empresa júnior 264

Engajamento 259

Ensino-aprendizagem 8

Ensino da Sustentabilidade 110

Ensino de ciências 121, 130

Ensino e aprendizagem 155, 322

## **F**

Fisiologia Humana 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Formação 25, 31, 99, 114, 139, 143, 144, 154, 155, 159, 173, 183, 185, 244, 259, 335, 344, 367

Formação docente 155, 159, 259, 335

## **I**

Instituição de Ensino Superior Privadas 259

Instituições Comunitárias 110, 111, 117

## **M**

Metodologias Pedagógicas 146

Monitoria 8, 63, 64, 68

Múltiplas linguagens 8, 82

## **O**

Omnilateralidade 24

Orientações curriculares 121, 130

## **P**

Pedagogia 31, 50, 53, 60, 81, 99, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 141, 143, 144, 148, 151, 153, 163, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 227, 244, 259, 298, 310, 311, 345

Políticas de Educação 207, 208, 216

Políticas de Saúde 207

PROEJA 10, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 242, 244, 245, 278

Protagonismo infantil 311

## **R**

Recurso Didático 8

## **S**

Sociedade Contemporânea 173

## **T**

Tecnologias de comunicação 311

Trabalho 24, 25, 31, 36, 41, 63, 66, 98, 144, 206, 211, 216, 217, 259, 263, 334

Trabalho científico 63

Trabalho docente 259



## U

Universidades Corporativas 132, 133, 137, 138, 142, 144

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-554-9

